Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

doi.org/10.51891/rease.v12i11.30465

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM ANGOLA (2010 A 2020): ENTRE A NORMA E A REALIDADE – UMA EXTENSÃO CRÍTICA AO ESTUDO DE BRÁS E SCAFF (2023)

TEACHER TRAINING IN ANGOLA (2010 TO 2020): BETWEEN NORM AND REALITY – A CRITICAL EXTENSION TO THE STUDY BY BRÁS AND SCAFF (2023)

FORMACIÓN DE DOCENTES EN ANGOLA (2010 A 2020): ENTRE LA NORMA Y LA REALIDAD – UNA EXTENSIÓN CRÍTICA AL ESTUDIO DE BRÁS Y SCAFF (2023)

Generoso Mahuango Vicente Garcia[1]

RESUMO: Este artigo constitui uma extensão crítica ao estudo de Brás e Scaff (2023) sobre as políticas de formação de professores em Angola entre 2010 e 2020. Partindo da sistematização das sete contribuições desse estudo, desloca o foco da prescrição normativa para a relação entre norma e implementação. Mobiliza a burocracia de nível de rua (Lipsky, 2019), a policy enactment (Ball et al., 2016) e a citizen agent narrative (Maynard Moody & Musheno, 2003), articuladas com a teoria da regulação (Maroy, 2011), a sociologia das organizações educativas (Lima, 2018) e a teoria da reprodução social (Bourdieu & Passeron, 1970). A análise documental dos instrumentos legais do período é complementada por observação participante e dezoito entrevistas exploratórias realizadas com formadores e formandos entre 2023 e 2024. A extensão organiza se em seis dimensões: centralização normativa, condições materiais, línguas nacionais, formação sequencial, influência externa e monitorização. Conclui se que o principal desafio consiste em aproximar a formulação das políticas das realidades concretas das instituições de formação e das escolas.

Palavras-chave: Formação de professores. Políticas educacionais. Implementação. Angola. Brás e Scaff.

ABSTRACT: This article constitutes a critical extension to the study by Brás and Scaff (2023) on teacher training policies in Angola between 2010 and 2020. It shifts the focus from normative prescription to the relationship between norm and implementation. The framework combines street level bureaucracy (Lipsky, 2019), policy enactment (Ball et al., 2016), the citizen agent narrative (Maynard Moody & Musheno, 2003), regulation theory (Maroy, 2011), the sociology of educational organizations (Lima, 2018), and social reproduction theory (Bourdieu & Passeron, 1970). Documentary analysis is complemented by participant observation and eighteen exploratory interviews conducted between 2023 and 2024. The extension is organized around six dimensions: regulatory centralization, material conditions, national languages, sequential training, external influence, and monitoring.

Keywords: Teacher training. Educational policies. Implementation. Angola. Brás and Scaff.

RESUMEN: Este artículo constituye una extensión crítica al estudio de Brás y Scaff (2023) sobre las políticas de formación docente en Angola entre 2010 y 2020. El análisis desplaza el foco de la prescripción normativa hacia la relación entre norma e implementación. Integra la burocracia de nivel de calle, la policy enactment, la citizen agent narrative, la teoría de la regulación, la sociología de las organizaciones educativas y la teoría de la reproducción social. El análisis documental se complementa con observación participante y dieciocho entrevistas exploratorias realizadas entre 2023 y 2024. La extensión se organiza en seis dimensiones: centralización normativa, condiciones materiales, lenguas nacionales, formación secuencial, influencia externa y seguimiento.

[1] Pós-graduado em Administração e Gestão Educacional (ISCED Huambo). Pós-graduando em Docência Universitária (ISCED Bié).

Palabras clave: Formación docente. Políticas educativas. Implementación. Angola. Brás y Scaff.

1 INTRODUÇÃO

A formação de professores ocupa posição estratégica no funcionamento e na qualidade dos sistemas educativos. Em Angola, a formação de professores passou por importantes transformações normativas após a aprovação da Constituição da República de 2010. Nesse período foram aprovados instrumentos destinados a reorganizar o subsistema de formação de professores, incluindo o Decreto Presidencial n.º 109/11, a Lei n.º 17/16, a Lei n.º 32/20 e os Decretos Presidenciais n.º 160/18, n.º 205/18 e n.º 273/20 (Angola, 2011, 2016, 2018a, 2018b, 2020a, 2020b).

É neste contexto que Brás e Scaff (2023) analisam a trajetória das políticas de formação de professores em Angola entre 2010 e 2020. O estudo constitui contribuição relevante para compreender a dimensão normativa dessas políticas, destacando instrumentos, mudanças e desafios relacionados com a implementação.

Este artigo constitui uma extensão crítica a esse estudo. Parte da sistematização das suas contribuições e desloca o foco da norma para a relação entre norma e realidade. A questão orientadora é: em que medida as políticas de formação de professores formuladas em Angola entre 2010 e 2020 consideraram as condições institucionais, materiais, territoriais e socioculturais necessárias à sua implementação?

1.1 Objetivos

O objetivo geral é desenvolver uma extensão crítica ao estudo de Brás e Scaff (2023), analisando a relação entre a prescrição normativa e a realidade da implementação das políticas de formação de professores em Angola entre 2010 e 2020. Os objetivos específicos são: (a) sistematizar as contribuições do estudo de Brás e Scaff; (b) identificar limitações metodológicas e teóricas; (c) desenvolver seis dimensões críticas; e (d) apresentar uma agenda de investigação com metodologias e parcerias institucionais.

2 METODOLOGIA

2.1 Natureza e estatuto do estudo

Este artigo constitui uma revisão crítica com extensão analítica. Não é apresentado como estudo empírico original nem como proposta de política pública. Parte do estudo de Brás e Scaff

(2023), dos instrumentos legais do período e da literatura científica, mobilizando complementarmente observação participante e entrevistas exploratórias para contextualizar a relação entre norma e realidade.

2.2 Critérios de seleção dos documentos

A seleção obedeceu a critérios temporal, de relevância, complementaridade e atualidade. Foram considerados a Constituição da República de Angola (2010), o Decreto Presidencial n.º 109/11, a Lei n.º 17/16, o Decreto Presidencial n.º 160/18, o Decreto Presidencial n.º 205/18, a Lei n.º 32/20 e o Decreto Presidencial n.º 273/20.

2.3 Procedimento de análise documental

Foi utilizada uma grelha para identificar objetivos declarados, condições de implementação, recursos, mecanismos de monitorização e ausências significativas. A análise procurou ainda identificar tensões entre instrumentos e lacunas de articulação.

2.4 Critérios de análise do estudo de Brás e Scaff

As limitações foram examinadas segundo critérios metodológicos, teóricos e de articulação entre a dimensão normativa e a dimensão da implementação.

2.5 Recolha e análise dos dados empíricos

A base empírica integra dezoito entrevistas exploratórias realizadas entre 2023 e 2024: seis formadores e doze formandos de instituições localizadas nas províncias do Huambo, Luanda, Malanje e Namibe. A seleção foi por conveniência e a duração média das entrevistas foi de 50 minutos. O guião integrou dez eixos. A análise temática seguiu Braun e Clarke (2006). A observação participante foi realizada pelo autor em instituições de formação no Huambo, Namibe e Luanda, com registo em diário de campo.

Tabela 1 – Perfil dos participantes

Participante	Tipo	Província	Experiência	Formação
F1	Formador	Huambo	12 anos	Mestrado
F2	Formador	Huambo	8 anos	Licenciatura
F3	Formador	Luanda	15 anos	Mestrado
F4	Formador	Malanje	10 anos	Licenciatura
F5	Formador	Namibe	6 anos	Licenciatura

Participante	Tipo	Província	Experiência	Formação
F6	Formador	Malanje	9 anos	Mestrado
E1 a E12	Formandos	Huambo, Luanda, Malanje e Namibe	Não aplicável	Não aplicável

Fonte: Autor do estudo. A identificação dos participantes procura preservar o anonimato.

2.6 Referencial teórico: potencialidades e limites

A burocracia de nível de rua permite compreender que os profissionais não são executores passivos das normas, mas exercem discricionariedade no quotidiano (Lipsky, 2019). Entretanto, a autonomia é condicionada por recursos, hierarquias e estruturas organizacionais. A policy enactment destaca a tradução das políticas pelos atores escolares (Ball et al., 2016), mas requer articulação com estruturas de poder e desigualdade. A citizen agent narrative evidencia dimensões morais e identitárias da decisão profissional (Maynard Moody & Musheno, 2003), embora seja necessário incorporar as dinâmicas organizacionais. A teoria da regulação (Maroy, 2011), a sociologia das organizações educativas (Lima, 2018) e a teoria da reprodução social (Bourdieu & Passeron, 1970) ampliam a análise.

2.7 Articulação temporal: 2010 a 2020 e 2023 a 2024

Os dados recolhidos em 2023 e 2024 são utilizados como evidência exploratória para examinar como políticas do período anterior se materializaram nas instituições. Não são tratados como representação estatística de todo o sistema.

2.8 Considerações éticas e limitações

As informações foram utilizadas para fins académicos e os participantes não são identificados individualmente. A amostra é reduzida, não probabilística e por conveniência. A posição profissional do autor constitui potencial fonte de viés, mitigada por triangulação entre observação, entrevistas e literatura.

3 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM ANGOLA (2010 A 2020)

A década de 2010 foi marcada por alterações significativas no quadro jurídico da formação de professores em Angola. A Constituição da República de 2010 estabeleceu princípios gerais do direito à educação, enquanto diplomas posteriores procuraram reorganizar a formação docente, definir perfis profissionais e enquadrar a formação no ensino superior.

O Decreto Presidencial n.º 109/11 constituiu um marco específico para o subsistema de formação de professores. Posteriormente, a Lei n.º 17/16 e a Lei n.º 32/20 redefiniram elementos estruturantes do sistema. Os Decretos Presidenciais n.º 160/18, n.º 205/18 e n.º 273/20 acrescentaram instrumentos relativos aos agentes de educação, à formação e gestão do pessoal docente e ao regime jurídico da formação inicial.

A leitura articulada desses instrumentos revela densificação normativa, mas também levanta a questão da capacidade institucional para acompanhar o ritmo das mudanças. A implementação ocorre em instituições concretas, com diferentes recursos, culturas organizacionais, condições territoriais e capacidades de gestão.

4 SÍNTESE DO ESTUDO DE BRÁS E SCAFF (2023)

Brás e Scaff (2023) desenvolveram pesquisa documental centrada na trajetória das políticas de formação de professores em Angola entre 2010 e 2020.

4.1 Sete contribuições

As sete contribuições sistematizadas são: (i) trajetória normativa; (ii) influência de organismos internacionais; (iii) educação a distância; (iv) contradições normativas; (v) rede de formação; (vi) pedagogia das competências; e (vii) estímulo à investigação sobre implementação.

4.2 Limitações

O estudo é assumidamente documental, não mobiliza de forma central um referencial teórico de implementação e não articula sistematicamente a dimensão normativa com dados empíricos sobre as condições concretas das instituições de formação.

5 EXTENSÃO CRÍTICA: SEIS DIMENSÕES ENTRE A NORMA E A REALIDADE

Tabela 2 – Matriz de articulação entre categorias de análise, dimensões, províncias e tipo de participante

Categoria	Subcategoria	Dimensão	Huambo	Luanda	Malanje	Namibe	Formadores	Formandos	Total
D1. Conhecimento normativo	Desconhecimento do Decreto n.º 273/20	4.1	3	2	2	2	2	7	9/18
D2. Condições materiais	Salas sobrelotadas	4.2	3	3	2	2	2	8	10/18

Categoria	Subcategoria	Dimensão	Huambo	Luanda	Malanje	Namibe	Formadores	Formandos	Total
D2. Condições materiais	Ausência de equipamento tecnológico	4.2	4	3	2	3	3	9	12/18
D2. Condições materiais	Falta de bibliografias atualizadas	4.2	2	2	2	2	1	7	8/18
D3. Processo formativo	Insuficiência de supervisão de estágios	4.4	3	2	3	3	3	8	11/18
D3. Processo formativo	Desarticulação teoria prática	4.4	4	3	3	3	4	9	13/18
D3. Processo formativo	Ausência de formação em didática das línguas	4.3	3	2	4	3	3	9	12/18
D3. Processo formativo	Perceção de insuficiência dos cursos de agregação	4.4	2	2	3	2	3	6	9/18
D4. Implementação das políticas	Perceção de improvisação na transição curricular	4.1	4	3	4	3	4	10	14/18
D4. Implementação das políticas	Falta de diálogo institucional	4.1	3	2	3	3	3	8	11/18
D4. Implementação das políticas	Ausência de mecanismos de acompanhamento	4.6	4	3	3	3	4	9	13/18
D4. Implementação das políticas	Perceção da influência de organismos internacionais	4.5	2	4	2	2	4	6	10/18

Fonte: Autor, com base nas entrevistas realizadas entre 2023 e 2024. As frequências representam participantes que mencionaram cada subcategoria e não constituem estimativas generalizáveis.

5.1 Centralização normativa e diversidade territorial

A existência de política nacional é necessária para garantir equidade e padrões comuns. Entretanto, a diversidade territorial exige mecanismos de contextualização. A tensão entre regulação de controlo e autonomia local pode ser compreendida por Maroy (2011) e pela burocracia de nível de rua (Lipsky, 2019). Na amostra, a perceção de improvisação na transição curricular apareceu em 14 de 18 participantes e a falta de diálogo institucional em 11 de 18.

5.2 Políticas curriculares e condições materiais

Foram mencionadas salas sobrelotadas por 10 de 18 participantes, ausência de equipamento tecnológico por 12 de 18 e falta de bibliografias atualizadas por 8 de 18. A observação de uma turma com 58 estudantes, um formador e ausência de projetor ilustra a tensão entre inovação curricular e condições materiais.

5.3 Línguas nacionais e contextualização

A ausência de formação em didática das línguas nacionais foi mencionada por 12 de 18 participantes. O resultado sugere a necessidade de articular política linguística, formação

docente e produção de materiais, evitando que o uso das línguas nacionais dependa apenas de soluções improvisadas.

5.4 Formação sequencial

Nove de 18 participantes percecionaram insuficiência dos cursos de agregação e 13 de 18 referiram desarticulação teoria prática. A literatura sobre formação docente destaca a importância da integração entre formação académica, experiência de campo e supervisão.

5.5 Influência externa e contextualização

A perceção de influência de organismos internacionais apareceu em 10 de 18 participantes. A análise deve considerar projetos concretos, como o TEST, iniciativas do GPE e o programa Saber+, examinando simultaneamente os recursos mobilizados e os processos de apropriação e adaptação nacional.

5.6 Monitorização

A ausência de mecanismos de acompanhamento foi mencionada por 13 de 18 participantes. Um sistema de monitorização deveria combinar indicadores de entrada, processo e resultados, incluindo matrícula, conclusão, estágio, inserção profissional e desenvolvimento de competências.

6 DISCUSSÃO: DA PRESCRIÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO

A principal conclusão é que a existência de um quadro jurídico não elimina os desafios de implementação. A implementação não é processo linear de execução, mas espaço de mediação e produção ativa de política. Os formadores reinterpretam normas em função das condições concretas, embora a sua margem de ação seja condicionada por recursos, supervisão, hierarquias e mecanismos de regulação.

As maiores frequências observadas foram perceção de improvisação na transição curricular (14 de 18), desarticulação teoria prática (13 de 18), ausência de mecanismos de acompanhamento (13 de 18) e ausência de equipamento tecnológico (12 de 18). Por se tratar de amostra exploratória, estes valores devem ser interpretados como evidência para aprofundamento, e não como generalização estatística.

7 COMPARAÇÃO INTERNACIONAL: MODELOS DE FORMAÇÃO NOS PALOP

A comparação com Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe permite identificar possibilidades de investigação sobre política linguística, articulação entre formação docente e currículo e organização da formação inicial e contínua. As experiências não devem ser transferidas mecanicamente para Angola, pois diferem em escala, recursos, história institucional e capacidade administrativa. O valor da comparação está na aprendizagem contextualizada.

8 AGENDA DE INVESTIGAÇÃO

8.1 Questão 1

Como se concretizou, na prática, a transição da formação inicial de professores para o Ensino Superior Pedagógico prevista na Lei n.º 32/20? Recomenda se estudo de casos múltiplos, com análise documental, entrevistas, grupos focais e observação de aulas.

8.2 Questão 2

Que relação existe entre a formação recebida nos ISCED e o exercício profissional dos diplomados? Recomenda se acompanhamento longitudinal de coortes de diplomados durante os primeiros cinco anos de exercício profissional.

8.3 Questão 3

Como se articulam as línguas nacionais na formação de professores e que resultados produzem as experiências piloto existentes? Recomenda se investigação ação participativa com formadores, formandos e comunidades.

9 CONCLUSÃO

A extensão crítica demonstra que a análise da formação docente não pode permanecer limitada à dimensão legislativa. A trajetória normativa de 2010 a 2020 é indispensável, mas a sua compreensão exige observar as condições institucionais, materiais, territoriais e socioculturais da implementação.

As seis dimensões analisadas evidenciam problemas que justificam investigação de maior escala. As frequências apresentadas são exploratórias e não permitem generalização

estatística. O principal desafio consiste em reduzir a distância entre o que a legislação prescreve e aquilo que as instituições conseguem efetivamente realizar.

A criação de mecanismos permanentes de acompanhamento, a participação dos diferentes atores, a produção de evidências e o investimento nas condições concretas de formação podem aproximar política e prática. A transformação da lei no papel em lei na prática depende da capacidade institucional de implementar, acompanhar, avaliar e corrigir políticas existentes.

APÊNDICE A – NOTAS DE OBSERVAÇÃO

Data	Local	Observação
15/03/2023	Huambo	Turma com 58 estudantes, um formador e ausência de projetor. Aula exclusivamente expositiva.
22/10/2024	Namibe	Limitações no acesso ao laboratório de informática e equipamentos avariados.
05/07/2022	Luanda	Conhecimento limitado sobre o Regime Jurídico da Formação Inicial de 2020.

Fonte: Autor do estudo.

APÊNDICE B – GUIÃO DE ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS

1. Experiência na formação de professores
2. Conhecimento da legislação
3. Condições materiais
4. Utilização das tecnologias
5. Qualidade dos estágios
6. Preparação dos formadores
7. Organização curricular
8. Utilização das línguas nacionais
9. Dificuldades de implementação das políticas
10. Propostas de melhoria

APÊNDICE C – EXCERTOS DE ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS

Formador, Malanje, 2024

> A mudança ocorreu apenas no nível curricular, sem ser acompanhada por reformas estruturais, contratação de novos docentes ou investimentos em condições materiais adequadas.

Formador, sobre transição curricular, 2024

Na minha visão, não foi bem planejada. Houve improvisação. A decisão pareceu apressada, sem um estudo profundo ou diálogo com os profissionais envolvidos no processo.

Formador, sobre formação sequencial, 2024

Os cursos de agregação são muito curtos. Em poucos meses, não é possível aprender a gerir uma sala de aula, a avaliar, a planificar.

Formador, sobre línguas nacionais, 2024

Nunca tive formação para ensinar em línguas nacionais. Quando os alunos não entendem português, tento traduzir, mas é improvisado.

Formador, sobre monitorização, 2024

Nunca ninguém nos pediu dados sobre quantos formandos concluíram, quantos estão empregados, que dificuldades enfrentam. Não há acompanhamento.

Formador, Luanda, sobre influência externa, 2024

Os projetos internacionais trazem formação, materiais, às vezes até equipamento. Mas depois acabam e ficamos sem apoio.

Formandos, Huambo, sobre condições materiais, 2024

Temos computadores, mas muitos estão avariados. Passamos mais tempo a tentar ligá los do que a aprender.

Fonte: Os excertos são apresentados de forma anonimizada. A redação pode ter sido adaptada apenas para preservar o anonimato e a clareza.

REFERÊNCIAS

Angola. (2010). Constituição da República de Angola. Imprensa Nacional.

Angola. (2011). Decreto Presidencial n.º 109/11, de 26 de maio: Estatuto do Subsistema de Formação de Professores. Diário da República, I Série, n.º 98.

Angola. (2016). Lei n.º 17/16, de 7 de outubro: Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República, I Série, n.º 170.

Angola. (2018a). Decreto Presidencial n.º 160/18, de 3 de julho: Estatuto dos Agentes de Educação. Diário da República, I Série, n.º 135.

Angola. (2018b). Decreto Presidencial n.º 205/18, de 3 de setembro: Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente. Diário da República, I Série, n.º 135.

Angola. (2020a). Lei n.º 32/20, de 12 de agosto: Lei que altera a Lei n.º 17/16, de 7 de outubro. Diário da República, I Série, n.º 123.

Angola. (2020b). Decreto Presidencial n.º 273/20, de 21 de outubro: Regime Jurídico da Formação Inicial de Educadores de Infância, de Professores do Ensino Primário e de Professores do Ensino Secundário. Diário da República, I Série, n.º 168.

Ball, S. J. (2002). Reformar escolas, reformar professores e os terrores da performatividade. Revista Portuguesa de Educação, 15(2), 3–23.

Ball, S. J., Maguire, M., & Braun, A. (2016). How schools do policy: Policy enactments in secondary schools. Routledge.

Benson, C. (2016). Addressing language issues in education: The case of Mozambique. Springer.

Bortot, C. M., Brás, C. A., & Scaff, E. A. da S. (2022). Regulación supranacional en la educación en África: Un estudio desde la política de formación docente en Angola. Revista Iberoamericana de Educación, 90(1), 151–167.

Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1970). A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Francisco Alves.

Bovens, M., & Zouridis, S. (2002). From street level to system level bureaucracies: How information and communication technology is transforming administrative discretion and constitutional control. Public Administration Review, 62(2), 174–184.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology, 3(2), 77–101.

Brás, C. A., & Scaff, E. A. da S. (2023). Políticas de formação de professores em Angola: Trajetória e desafios. ETD Educação Temática Digital, 25, e023053.

Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2018). Research methods in education (8th ed.). Routledge.

Cutatela, A. C., et al. (2024). Valorização do estágio profissional supervisionado: Fundamentação e implementação no Ensino Superior em Angola. Revista Educação em Questão, 62(71).

Darling Hammond, L., Hyler, M. E., & Gardner, M. (2017). Effective teacher professional development. Learning Policy Institute.

Evans, T. (2016). Professional discretion in welfare services: Beyond street level bureaucracy. Routledge.

Fávero, A. A., & Centenaro, J. B. (2019). A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: Potencialidades e limites. Revista Contrapontos, 19(1), 170–184.

Kemmis, S., & McTaggart, R. (2005). Participatory action research: Communicative action and the public sphere. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), The Sage handbook of qualitative research (3rd ed., pp. 559–603). Sage.

Lima, L. C. (2018). A escola como organização educativa (4.ª ed.). Cortez.

Lipsky, M. (2019). Street level bureaucracy: Dilemmas of the individual in public services (30th anniversary expanded ed.). Russell Sage Foundation.

Maroy, C. (2011). Em direção a uma regulação pós burocrática dos sistemas de ensino na Europa? In D. A. Oliveira & A. M. C. Duarte (Orgs.), Políticas públicas de educação: Regulação e conhecimento (pp. 19–46). Fino Traço.

Maynard Moody, S., & Musheno, M. (2003). Cops, teachers, counselors: Stories from the front lines of public service. University of Michigan Press.

Mbiavanga, F. (2024). A formação de professores das línguas locais de Angola: Regulação, estratégias e desafios. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto.

Nóvoa, A. (1992). Formação de professores e profissão docente. In A. Nóvoa (Coord.), Os professores e sua formação. Publicações Dom Quixote/IIE.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2024). Dinâmicas do desenvolvimento em África 2024: Competências, emprego e produtividade. OECD Publishing.

Poças, S., & Santos, J. G. dos. (2020). Influências da globalização e da cooperação na educação e na formação de professores em Angola. Cadernos de Estudos Africanos, 39, 57–84.

Santos, B. de S. (2007). Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. Boitempo.

Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? In C. Nelson & L. Grossberg (Eds.), Marxism and the interpretation of culture (pp. 271–313). University of Illinois Press.

World Bank. (2018). World development report 2018: Learning to realize education's promise. World Bank.

Yin, R. K. (2018). Case study research and applications: Design and methods (6th ed.). Sage.

Zeichner, K. (2010). New epistemologies in teacher education: Rethinking the connections between campus courses and field experiences in college and university based teacher education. Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado, 68, 123–149.